



Escassez de Quadros Médicos em África

Num estudo realizado pelo *Center for Global Development*, intitulado *New Data on African Health Professionals Abroad*, é traçado um cenário muito pessimista em relação ao sector da saúde em África.

p.2

O Papel das ONGD em África

Face às carências e às fragilidades dos Estados Africanos, muitas das necessidades básicas das suas populações, nomeadamente em termos de saúde e educação, são providenciadas através das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), nacionais e estrangeiros.

p.4

China Ganha Aliados em África

O Malawi, após 42 anos, rompeu as relações diplomáticas com Taiwan para reconhecer, a 8 de Dezembro de 2007, a República Popular da China (RPC).

p.6

Missão da União Europeia no Chade

A União Europeia aprovou, em Fevereiro de 2008, o envio de uma Missão de 3.500 militares para o Chade.

p.8

Tensão entre a Etiópia e a Eritreia

A delimitação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia, questão em aberto desde que ambos os países se separaram em 1993, é o actual ponto de discórdia entre os dois estados, ameaçando pôr em causa a frágil paz existente.

p.9

Portugal e Cabo Verde Assinam Novo Acordo de Cooperação

Portugal e Cabo Verde assinaram, a 23 de Janeiro, um novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2008-2011. Em termos financeiros, o Acordo prevê 70 milhões de euros, enquanto que o anterior PIC, que vigorou entre 2005 e 2007, previu 55 milhões de euros.

p.10

X Cimeira da União Africana

Sob o lema *O Desenvolvimento Industrial em África*, realizou-se em Addis Abeba, em Fevereiro de 2008, a X Cimeira da União Africana.

p.11

Novo Governo em São Tomé e Príncipe

Em Fevereiro de 2008, o Primeiro-Ministro santomense, Tomé da Vera Cruz, apresentou a sua demissão. Esta decisão foi o culminar de uma crise que se arrastava desde o ano passado.

p.12

Escassez de Quadros Médicos em África

■ Luís Castelo Branco

Num estudo realizado pelo *Center for Global Development*, intitulado *New Data on African Health Professionals Abroad*¹, é traçado um cenário muito pessimista em relação ao sector da saúde em África. A falta de pessoal qualificado, médicos e enfermeiros, é preocupante, tanto mais que os que se vão formando, ou não regressam aos seus países, ou então partem pouco depois de se formarem.

Embora o estudo apresentado se refira aos anos de 1999 a 2001, a realidade, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, não difere muito da actual situação. O estudo apresenta nove países como destinos preferidos pelos profissionais da saúde africanos: EUA, Reino Unido, França, Canadá, Austrália, Portugal, Espanha, Bélgica e África do Sul. No seu conjunto, estes países representam 94% dos destinos dos quadros de saúde africanos.

O estudo baseou-se em informação recolhida pelos autores junto dos Institutos Nacionais de Estatística dos países de destino, assim como de dados das Ordens de Médicos e Enfermeiros. No caso português, os dados dizem respeito ao Recenseamento Geral da População 2001 feito pelo Instituto Nacional de Estatística.

As razões para o êxodo destes profissionais prendem-se, em primeiro lugar, com a falta de condições de trabalho nos seus países de origem e, por outro, pelas condições financeiras que lhes são oferecidas noutros sítios. Situações de conflito, como foi o caso das guerras civis em Angola e Moçambique, Guiné-Bissau, Libéria, Ruanda e Serra Leoa, fizeram com que o êxodo fosse ainda mais acentuado. Países africanos que conseguem alcançar e manter a estabilidade, como é o caso do Botswana e África do Sul, são os menos afectados pela fuga de quadros.

A falta de condições e equipamentos impede que os médicos africanos, que se tornaram especialistas nas suas áreas, consigam exercer a sua profissão na maioria dos hospitais em África. Assim sendo, têm à partida uma enorme apetência para ficarem nos países onde se formaram. Esta situação acaba por ter custos para os países africanos, que

gastaram na formação destes profissionais², e no fim não têm o retorno desejado, obrigando-os a recorrer a evacuações médicas para tratar os seus doentes. Embora contem com o apoio de alguns doadores para estas situações, como é o caso de Portugal em relação aos PALOP, a verdade é que esta situação aumenta a dependência, tem enormes custos e provoca muitos problemas pessoais.

Devido à fuga de quadros na área da saúde, nomeadamente médicos, muitos países africanos não atingem o rácio mínimo entre médicos e pacientes estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, que é de um médico por 5 mil.

Apesar dos discursos oficiais dos países mais desenvolvidos contra esta fuga de quadros, a verdade é que são muitas vezes estes países e as Organizações Internacionais que facilitam ou promovem esta fuga³. Segundo o estudo, em 2000, existiam 65 mil médicos e 70 mil enfermeiros, nascidos em África, que exerciam a sua actividade fora do continente.

No que diz respeito à escolha dos países de destino, existe uma clara ligação entre as ex-colónias e as ex-metrópoles, e, em segundo lugar, países com a mesma língua. Nesse sentido, os países francófonos preferem a França ou a Bélgica, os lusófonos Portugal e os anglófonos, os EUA, Reino Unido, Austrália e África do Sul. No contexto dos países receptores, a África do Sul representa um caso peculiar. Este país é, simultaneamente, ponto de partida e destino de profissionais de saúde. No caso das saídas, regista-se uma partida de quadros de saúde brancos⁴. No caso das entradas, o país acolhe profissionais de outros países africanos.

No caso de Angola e Moçambique, os dados apresentados acabam por não dar uma imagem totalmente real da situação, uma vez que são contabilizados os profissionais de saúde que, tendo nascido nestes países, o abandonaram na altura das respectivas independências.

No entanto, a fuga de quadros tem afectado os países africanos lusófonos, tal como se pode constatar pelos seguintes quadros:

Quadro I

Destino dos Médicos dos PALOP a Exercer no Exterior

	No País	GB	EUA	França	Canadá	Austrália	Portugal	Espanha	Bélgica	África do Sul	Total no exterior	%
Angola	881	16	0	5	25	0	2.006	14	5	31	2.102	70
Cabo Verde	202	0	0	15	10	0	0	186	0	0	211	51
Guiné-Bissau	103	0	15	75	0	0	160	0	1	0	251	71
Moçambique	435	16	20	0	10	3	1.218	4	2	61	1.334	75
São Tomé e Príncipe	63	0	0	0	0	0	96	1	0	0	97	61

Fonte: *New Data on African Health Professionals Abroad* p.22,





Quadro II
Destino dos Médicos dos PALOP a Exercer no Exterior

	No País	GB	EUA	França	Canadá	Austrália	Portugal	Espanha	Bélgica	África do Sul	Total no exterior %	%
Angola	13.135	22	135	12	10	4	1.639	8	11	0	1.841	12
Cabo Verde	355	0	91	25	0	0	128	0	0	0	244	41
Guiné-Bissau	799	5	0	45	0	0	212	0	0	0	262	25
Moçambique	3.664	12	64	0	10	0	748	2	6	11	853	19
São Tomé e Príncipe	172	0	0	8	0	0	141	0	0	0	149	46

Fonte: New Data on African Health Professionals Abroad p.22,

Os dados apresentados neste estudo diferem pouco dos dados oficiais disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde referentes a 2004 – 2005:

Quadro III
Médicos e Enfermeiros nos PALOP

	Médicos	Enfermeiros
Angola	1.165	16.485
Cabo Verde	231	410
Guiné-Bissau	188	912
Moçambique	514	3.947
São Tomé e Príncipe	811	256

Fonte: Organização Mundial da Saúde 2008.

Embora o problema seja reconhecido, quer por europeus, quer por africanos, a verdade é que a resolução não é fácil, tal como referiu o antigo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, ao afirmar que a fuga de médicos e enfermeiros em África é muito preocupante, sobretudo numa altura em que a pandemia do HIV/SIDA ameaça devastar o continente⁵.

Segundo a OMS, África continua a exportar todos os anos milhares de quadros de saúde. A fuga de quadros de saúde, tem registado uma evolução crescente: na década de 70 emigravam cerca de 2 mil médicos por ano, nos anos 80 já eram cerca de 8 mil e na actualidade rondam os 20 mil⁶. Esta situação condiciona a prestação de cuidados de saúde às populações, pondo em causa o cumprimento, até 2015, das metas estabelecidas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no que diz respeito à área da saúde⁷.

Alguns países africanos têm tentado travar esta situação, como é o caso do Gana. Entre 1993 e 2000, o Gana perdeu 600 dos seus 800 médicos. Para inverter esta situação, o Gana, juntamente com a Organização Internacional de Migrações, desenvolveu um programa destino a recrutar pessoal médico nacional que trabalha no exterior. Para além de incentivos financeiros, o programa prevê apoio na obtenção de residência.

Esta crise de quadros de saúde em África, faz com que os países africanos tenham que recorrer a médicos expatriados. Os grandes apoios vêm da República Popular da China, Taiwan e Cuba, países que fazem

do sector da saúde uma importante parte dos seus programas de cooperação com os países africanos.

Cuba é dos países que mais assistência médica tem fornecido aos países africanos. Para além do envio de pessoal médico, Cuba concede toda uma vasta colaboração na área da saúde. Nesse sentido, Cuba apoiou a construção de um importante Centro Oftalmológico em Mali, o qual iniciou as suas actividades em Fevereiro de 2007, e de várias Faculdades de Medicina, nomeadamente na Guiné Equatorial, na Gâmbia e na Eritreia⁸. Desde que sua primeira equipa médica desembarcou em África, na Argélia em 1963, a República Popular da China já enviou mais de 15 mil médicos para o Continente. Hoje em dia, existem aproximadamente 950 médicos chineses presentes em 36 países africanos⁹.

No caso de Taiwan, os países africanos que reconhecem Taipé em vez de Pequim como legítimo representante do povo chinês, usufruem de programas de cooperação médica que se traduzem no envio de missões médicas taiwanesas para esses países. Um dos beneficiários é São Tomé e Príncipe, o qual usufrui do apoio médico taiwanês no combate ao paludismo e de um clínica médica com várias valências na capital são-tomense. ■

- 1 Michael A. Clemens & Gunilla Petterson: **New Data on African Health Professionals Abroad**, Working Paper Number 95, February 2007, Center for Global Development, Washington, 23 pp. www.cgdev.org
- 2 A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento avalia em 184.000 USD o custo da partida de um quadro africano, in **Migrações e Direitos Humanos na África Subsaariana, 36º Congresso das Migrações e Direitos Humanos**, CIVITAS – Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos & ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Lisboa 19-21 Abril 2007. www.fidh.org/IMG/pdf/Africa_port.pdf
- 3 Veja-se o caso do Reino Unido que em 2003 aceitou 5.880 entradas de profissionais de saúde sul-africanos, 2.825 do Zimbabwe, 1.510 da Nigéria e 850 do Gana. **UK Crippling África Health Care**, in BBC Focus on África, 27/05/2005.
- 4 Segundo a Ordem dos Médicos sul-africanos, entre 2000 e 2004, saíram do país 4 mil médicos com destino à Austrália e à Nova Zelândia.
- 5 Intervenção de Joaquim Chissano na **Conferência Internacional Imigração: Oportunidade ou Ameaça**, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- 6 Karl Blanchet & Regina Keith: **África Enfrenta o Êxodo de Médicos**, in Le Monde Diplomatique, Dezembro 2006. <http://diploma.uol.com.br/imprima1454>
- 7 Dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), três são dedicados à saúde: ODM 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil; ODM 5 – Melhorar a Saúde Materna; ODM 6 – Combater o HIV – SIDA, a Malária e outras doenças.
- 8 Pedro Margolles: **Cooperação Cubana em 155 países**, in Granma Internacional, 24/05/2007. <http://www.granma.cu/portugues/2007/mayo/juev24/cooperacao-cubana.html>
- 9 Rádio Internacional da China. <http://portuguese.cri.cn/101/2006/11/03/1@54765.htm>

O Papel das ONGD em África

Face às carências e às fragilidades dos Estados Africanos, muitas das necessidades básicas das suas populações, nomeadamente em termos de saúde e educação, são providenciadas através das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), nacionais e estrangeiras. Quanto maior é a fragilidade do Estado, maior é o campo de intervenção das ONGD.

O conceito de acção humanitária moderna surgiu com a fundação da Cruz Vermelha Internacional em 1863. A ONU reconheceu formalmente as Organizações Não Governamentais (ONG) na sua Carta de 1945. Hoje em dia, o Conselho Económico e Social da ONU reconhece o estatuto consultivo a 3.053 organizações¹⁰.

Em Portugal, a maioria das ONGD está representada na Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, a qual é uma associação privada sem fins lucrativos¹¹. Neste momento estão inscritas na Plataforma Portuguesa, 52 ONGD.

Devido às enormes carências sentidas nos Estados Frágeis, o campo de actuação das ONGD é bastante vasta, abrangendo diversas áreas: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Sócio-comunitário; Capacitação; Microcrédito; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Saúde; Educação para o Desenvolvimento; Educação Formal; Formação Técnica; Saneamento Básico e Melhoria ou Reabilitação do Habitat; Cooperação Descentralizada; Género; Direitos Humanos; Ambiente e Desenvolvimento; Participação e Cidadania; Estudos e Investigação¹².



A vontade de ajudar os menos favorecidos, leva a que surjam, nos países mais desenvolvidos, um conjunto de ONGD destinadas a actuar em África. Porém, ao passarem à prática, muitas destas ONGD acabam por ter dificuldades em obter financiamentos, ao mesmo tempo que os projectos que pretendem implementar acabam por não ser sustentáveis. Uma das críticas mais frequentes que é feita às ONGD, é que elas obtêm financiamentos apenas para subsistirem, sendo poucas aquelas que conseguem manter uma estrutura capaz de cativar financiamentos que lhe permitam manter a sua independência e sobrevivência.

Face ao crescente número de ONGD, as fontes de financiamento são cada vez mais disputadas. Assim sendo, as ONGD têm que ter capacidade para elaborar projectos sustentáveis, onde sejam claros os seus objectivos, actividades e modos de financiamento. A importância da sustentabilidade prende-se com a necessidade da acção da ONGD dever ser considerada a médio/longo prazo, mas deve incluir um plano de retirada. Porém, na maioria dos casos pretende-se alcançar objectivos muito ambiciosos, mantendo-se apenas pouco tempo no terreno, situação que deriva, muitas vezes, da falta de capacidade financeira para prolongar a missão.

À partida, ao estarem presentes no terreno, as ONGD têm maior capacidade de intervenção e de compreensão dos problemas das populações. Em muitos países africanos, a presença do Estado fora da capital é praticamente inexistente, o que aumenta a importância da acção dos actores não estatais.

Porém, apesar destas considerações, a actuação das ONGD nos países africanos não está isenta de problemas. Em primeiro lugar, muitos governos africanos desconfiam da acção das ONGD, acusando-as, nomeadamente, de agirem em consonância com os seus estados de origem e possuírem, assim, uma agenda privada. Por outro lado, as denúncias que as ONGD fazem de situações a que assistem, como a violação dos direitos humanos, podem ser desconfortáveis para os estados de destino, o que pode levar, em situações extremas, a que sejam expulsas.

O caso mais recente foi o Sudão, o qual limitou o acesso das ONGD à região do Darfur, devido às denúncias de violência extrema de que é acusado. Excesso de voluntarismo, por um lado, objectivos menos claros, por outro, tem manchado a imagem das ONGD a nível de muitos países africanos.

Um outro caso recente e mediático, teve a ver com a ONG francesa Arca de Zoe.

A Arca de Zoe foi criada em Dezembro de 2004, após o Tsunami que atingiu o continente asiático. O seu fundador foi Eric Breteau, bombeiro voluntário e Presidente da Federação Francesa de 4x4. O objectivo inicial foi o de prestar auxílio às vítimas do Tsunami. Na actualidade, esta ONGD apresenta-se como uma organização dedicada às crianças órfãs, especialmente oriundas do Darfur, daí a viagem ao Chade.



Devido ao conflito que se arrasta à vários anos na região sudanesa do Darfur, o Chade tem recebido milhares de refugiados sudaneses, os quais vivem em campos com muitas poucas condições. Em Abril de 2007, a Arca de Zoe, juntamente com outras ONGD francesas, lançaram uma campanha destinada a evacuar 10 mil crianças, com menos de 5 anos, do Darfur, as quais seriam recolhidas por famílias europeias¹³.

Em finais de 2007, seis activistas desta ONGD foram presos no Chade, no momento em que se preparavam para levar para França 103 crianças, supostamente órfãs do conflito no Darfur. As crianças seriam adoptadas por famílias europeias que, para o efeito, teriam pago 2.400 euros para cobrir as despesas de todo o processo.

As autoridades chadianas abortaram a missão no aeroporto de Abeche. Afinal, as crianças nem eram sudanesas, nem eram órfãs. Muitos pais afirmaram que os seus filhos lhes tinham sido retirados com a promessa de apoio escolar, mas nunca teriam sido informadas da intenção de as levar para fora do país. Os responsáveis pela Arca de Zoe defenderam-se, afirmando que teriam sido enganadas por líderes tribais que lhes tinham entregue as crianças supostamente órfãs.

Julgadas pelas autoridades chadianas, os membros da Arca de Zoe foram condenadas a 8 anos de trabalhos forçados¹⁴. Devido à intervenção das autoridades francesas, que invocaram um acordo de extradição assinado com o Chade em 1976, os membros da Arca de Zoe conseguiram ser transferidos para França. Uma vez que já não existem trabalhos forçados em França, a pena foi adaptada pela justiça francesa que os condenou a 8 anos de prisão. Devido à enorme dependência em relação à França, o Presidente Chadiano, Iddris Déby, acabou por conceder um perdão da pena aos membros da Arca de Zoe.

Ao analisar-se este caso, é óbvio que houve excesso de amadorismo e voluntarismo por parte da Arca de Zoe. Fica por saber se agiram com boas intenções ou não.

O caso da Arca de Zoe não é exemplo único em África. Anteriormente, outros países africanos expulsaram ONGD dos seus territórios, como foi o caso da Eritreia em 2006 ou o Gana em 2004, acusando-as de actividades ilícitas. Noutros casos, as ONGD são obrigadas a sair devido à violência que os seus funcionários, não sua esmagadora maioria voluntários, são alvo, como foi o caso da morte de uma missionária portuguesa da Fundação Evangelização e Culturas (FEC) em 2007 na Missão da Fonte Nova, na província moçambicana de Tete. ■

À partida, ao estarem presentes no terreno, as ONGD têm maior capacidade de intervenção e de compreensão junto das populações. Em muitos países africanos, a presença do Estado fora da capital é praticamente inexistente, o que aumenta a importância da acção dos actores não estatais.



10 UN – Department of Economic and Social Affairs.
<http://www.un.org/esa/coordination/ngo>

11 Plataforma Portuguesa das ONGD.
<http://www.plataformaongd.pt/site3/>

12 Guia das ONGD da Plataforma, ONGD Plataforma Portuguesa, p.22.

13 Opération Darfour, L'Arche de Zoe.
<http://www.archedezoe.fr/darfour.htm>

14 Chad Sentences French to Hard Labour, in Reuters, 26/12/2007.

China Ganha Aliados em África

O Malawi, após 42 anos, rompeu as relações diplomáticas com Taiwan para reconhecer, a 8 de Dezembro de 2007, a República Popular da China (RPC). A decisão foi puramente económica. A China ofereceu um pacote de ajudas económicas no valor de 6 mil milhões de USD, contra os 400 MUSD oferecidos por Taiwan¹⁵.

Até agora, o Malawi era o aliado mais importante de Taiwan em África, recebendo em troca apoios nas mais diversas áreas, com destaque para a agricultura e para a saúde. Neste momento, os países africanos que mantêm relações diplomáticas com Taiwan resumem-se a quatro: Burkina-faso, Gâmbia, Suazilândia e São Tomé e Príncipe. Desde 2006, o Malawi é o quarto país, depois do Senegal, Chade e Costa Rica, a trocar o reconhecimento de Taiwan pela China. Esta situação é uma tendência que se tem verificado ao longo dos últimos anos, mas que se tem acentuado devido ao crescente peso económico e político da RPC na esfera internacional. Neste momento, especula-se que também a Guatemala e as Ilhas Marshall possam adoptar posição idêntica¹⁶. Actualmente, existem apenas 23 países que reconhecem Taiwan.

Quando as tropas nacionalistas se refugiaram em Taiwan, no fim da guerra civil chinesa, conseguiram manter inúmeras representações diplomáticas. A maioria dos países, nomeadamente ocidentais, preferiu manter as relações diplomáticas com Taiwan em vez da China comunista. Com o início das descolonizações africanas, a situação começou a inverter-se, O grande volte face deu-se a partir do momento em que os EUA reconheceram a República Popular da China, a qual passou a ocupar o lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU¹⁷ que, até então, esteve ocupado por Taiwan.

O petróleo angolano assume um papel determinante no peso das relações comerciais com a China. Segundo as estatísticas angolanas, em 2007, Angola manteve-se como o segundo maior exportador de crude para a China.

Houve alguns países, em que o caso mais recente foi a África do Sul após a eleição de Nelson Mandela para a Presidência, que tentaram o duplo reconhecimento, ou seja, reconhecer Taiwan e a China continental como representantes do povo chinês, situação linearmente rejeitada por Pequim.

O governo da RPC afirma representar toda a China, considerando Taiwan uma província chinesa. Pequim advoga uma reunificação nos seus termos, após a qual, Taiwan teria direito a um estatuto especial semelhante ao de Hong Kong e Macau. Até lá a RPC não aceita estabelecer ou manter relações diplomáticas com estados que reconheçam Taiwan. Para Taipé, a nação chinesa está dividida, temporariamente, em duas entidades distintas. Taiwan defende igualmente a reunificação das duas, porém, recusa o domínio da RPC sobre o processo. Até que se consiga a reunificação, Taiwan defende que as duas Chinas devam poder coexistir e ter igual acesso à Comunidade Internacional. Assim, e ao contrário de Pequim, Taipé não se opõe ao duplo reconhecimento internacional¹⁸. O duplo reconhecimento significa, segundo o direito internacional, a existência de dois estados.

Em relação a São Tomé e Príncipe (o único estado africano lusófono que reconhece Taipé), a cooperação com Taiwan baseia-se num Programa de Cooperação Anual orçado em 10 MUSD¹⁹. Para além desta ajuda financeira, Taiwan apoia São Tomé e Príncipe em diversas áreas, com especial incidência na agricultura e na saúde. Taiwan tem desenvolvido, nos últimos anos, um programa de combate à malária em São Tomé e Príncipe com resultados muito positivos, com a incidência da doença a diminuir bastante.

Face à crise energética crónica que atinge o arquipélago santomense, Taiwan disponibilizou-se a apoiar através da construção de uma nova central termoeléctrica, e na criação de fontes de abastecimento alternativo a partir da energia solar²⁰.

Apesar deste relacionamento privilegiado com Taiwan, a RPC tem levado a cabo uma política de aproximação a São Tomé e Príncipe. Exemplos desta aproximação foram os convites, aceites, para que São Tomé e Príncipe, no quadro da CPLP, estivesse presente nos Jogos Lusófonos, que decorreram em Macau em 2006, e o convite para participar como observador na Cimeira China – África realizada em Pequim em finais de 2006.

No seio da elite política santomense existem claras divergências em relação à questão de qual das Chinas deve ser reconhecida. Os partidos no poder, nomeadamente o Movimento Democrático das Forças da Mudança (MDFM) e o Partido da Convergência Democrática (PCD) são favoráveis a Taiwan²¹. O principal partido da oposição, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) é favorável à China Continental.

Este crescente interesse de Pequim não é alheio às potencialidades petrolíferas de São Tomé e Príncipe. A confirmaram-se as reservas existentes, o país assumiria uma especial importância para a China, a qual, face ao seu crescimento económico, necessita de assegurar novas fontes de abastecimento energético.

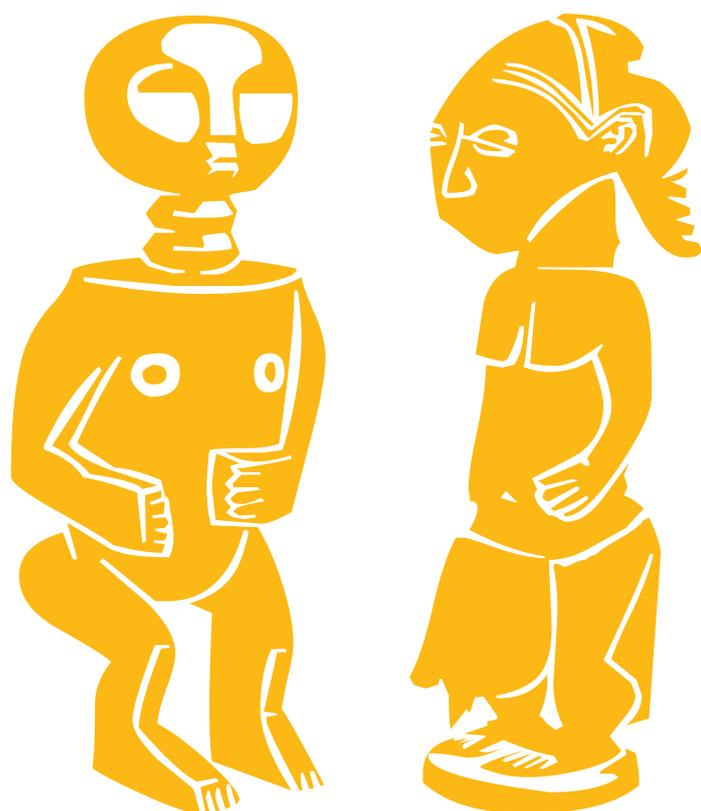
O principal parceiro lusófono da China é o Brasil, seguido por Portugal. Angola é, não só o principal parceiro lusófono em África, como conseguiu ultrapassar a África do Sul como principal parceiro comercial africano com a China. Em 2007, as trocas comerciais entre Angola e a China, aumentaram quase 10%, tendo-se cifrado nos 11 mil milhões de USD.

Desde 2003, altura em que foi criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o comércio bilateral tem aumentado consideravelmente. Em 2007, o comércio entre a China e os Países Lusófonos aumentou 32%, ascendendo a 45 mil milhões de USD. Com base neste valor, torna-se realista a meta proposta pelas partes de alcançar a meta dos 50 mil milhões de USD em 2009²².

O principal parceiro lusófono da China é o Brasil, seguido por Portugal. Angola é, não só o principal parceiro lusófono em África, como conseguiu ultrapassar a África do Sul como principal parceiro comercial africano com

a China. Em 2007, as trocas comerciais entre Angola e a China, aumentaram quase 10%, tendo-se cifrado nos 11 mil milhões de USD.

O petróleo angolano assume um papel determinante no peso das relações comerciais com a China. Segundo as estatísticas angolanas, em 2007, Angola manteve-se como o segundo maior exportador de crude para a China. Em 2007, as exportações angolanas ascenderam aos 25 milhões de toneladas, o que corresponde a 501,4 mil barris por dia, o que representou um aumento de 6,5% em relação a 2006. A Arábia Saudita manteve, em 2007, o primeiro lugar das exportações para a China com a venda de 26,33 milhões de toneladas, o que equivaleu a 528 mil barris por dia²³. ■



15 **Malawi Ends Ties With Taiwan in Favour of China**, in Mail & Guardian Online, 14/01/2008
http://www.mg.co.za/printPage.aspx?area=/breaking_news

16 **Malawi – Taiwan Ends 42 year Relations**, in Taipei Times, 15/01/2008
<http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2008/01/15/2003397305>

17 A República Popular da China ocupou o lugar de Taiwan na ONU em 1971. Desde então, Taiwan já tentou, sem sucesso, regressar à ONU 15 vezes.

18 Willie Breytenbach: **The Chinese Dilemma: Dual Recognition is the Ultimate Solution**, p. 56.

19 **Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe**.
<http://www.mnecc.gov.st/bilateral.htm>

20 **Taiwan Ajuda a Construir a Nova Central Térmica**, in África Today Online, 5/11/2007
<http://www.africatodayonline.com/index.pgp=noticia>

21 Todos os anos, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, no seu discurso, o Presidente da República, Fradique de Menezes advoga o reconhecimento da soberania de Taiwan como país independente e a sua readmissão na ONU.

22 **Comércio Chinês com Países Lusófonos Cresce 32%**, in Angola Digital, 28/01/2008.
http://www.angoladigital.net/negocios/index.php?option=com_content&task=view&id=1436&Itemid=47

23 **Petróleo Angolano Perde Peso nas Importações Chinesas**, in Correio Digital, 24/01/2008.

Missão da União Europeia no Chade

A União Europeia aprovou, em Fevereiro de 2008, o envio de uma Missão de 3.500 militares para o Chade. A Missão, dotada de um mandato do Conselho de Segurança da ONU²⁴, designada por EUFOR Chad/CAR actuará em quatro regiões, três dentro do Chade e uma na República Centro-Africana (CAR).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, criou em Setembro de 2007, a Missão da ONU na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT), composta por 300 polícias internacionais e 850 polícias chadianos²⁵. A MINURCAT, chefiada pelo português Victor da Silva Ângelo, está encarregue de proteger os campos de refugiados e de deslocados no Chade e na República Centro-Africana perto da fronteira destes países com o Darfur.

Esta previsto que a Força da UE fique no terreno até inícios de 2009. Porém, devido ao atraso que se verificou na sua partida, provocado pela Guerra Civil chadiana que quase derrubou o Presidente chadiano em inícios de 2008, é de prever que o prazo seja revisto.

O grande objectivo da missão da EUFOR é o de apoiar a MINURCAT e os campos de refugiados que existem nos dois países, fruto do conflito na região sudanesa do Darfur. Calcula-se que existam 480 mil refugiados do Darfur nos 12 campos do Chade, os quais também acolhem 178 mil chadianos e 45 mil pessoas oriundas da República Centro-Africana²⁶.

Para além de ir intervir numa região muito instável, a força da UE terá que lidar com o agravamento da situação interna chadiana. O conflito chadiano também envolve uma componente étnica, devido à profunda divisão que existe entre os Zaghawa, grupo ao qual pertence o Presidente Idriss Déby, e os Tama, de onde são oriundos os rebeldes. O conflito no Chade está muito ligado ao conflito na região sudanesa do Darfur. Devido aos apoios chadianos aos rebeldes do Darfur, o Sudão está a apoiar os rebeldes chadianos da *United Front for Democratic Change*, os quais contam com o apoio das temíveis milícias sudanesas pro-governamentais, as Janjaweed.

Tem havido alguns esforços de mediação lideradas pela Líbia e do Congo Brazzaville, mas os acordos até agora alcançados são frágeis e frequentemente violados. Para além disso, o envolvimento líbio não é isento de críticas. De acordo com as autoridades chadianas, Trípoli é um dos principais apoios dos rebeldes chadianos, o que põe em causa quaisquer iniciativas líbias.

A força da União Europeia é liderada por um General francês, uma vez que a França disponibilizará o grosso das tropas a enviar, cerca de 1.350 soldados. Para além do contingente francês, também a Irlanda, Áustria, Grécia, Holanda, Roménia, Espanha e Suécia, disponibilizaram tropas²⁷. Portugal participa nesta missão com o envio de um avião militar C-130 com a respectiva tripulação, e dois oficiais que irão fazer parte do Estado Maior da EUFOR.

O apoio francês é decisivo para que a força da UE possa existir. No entanto, a missão da EUFOR poderá ser de alto risco devido às ameaças dos

Mapa do Chade



Fonte: BBC News on Africa

rebeldes chadianos, os quais acusam a França não ser parcial no conflito. Para a *United Front for Democratic Change*, o facto da França apoiar o regime de Déby, não a deveria levar a integrar a força da UE. Por outro lado, a notícia da criação da EUFOR, levou a que os vários grupos rebeldes no Chade tenham posto de parte os seus desentendimentos e criassem, em Janeiro deste ano, o Comando Militar Unificado²⁸.

Entre os vários grupos que actuam sob a chancela do Comando Unificado, encontram-se apoiantes do antigo Presidente chadiano, Hisséne Habré, que foi derrubado por Déby, antigos aliados do actual Presidente, que se viram marginalizados na partilha dos lucros do petróleo. Mas, esta união não teria sido possível sem a intervenção do Sudão. Para além de evitar maior apoio aos rebeldes sudaneses do Darfur, ao Sudão interessa-lhe desestabilizar o Chade, de modo a criar dificuldades à implantação da missão da UE. Quando estiver totalmente operacional, a EUFOR poderá ser um sério obstáculo à política regional do Sudão.

Desde a sua independência da França em 1960, o Chade tem mantido uma estreita relação com Paris. A forte presença francesa no território levou a que, ao longo dos anos, fossem apoiados diversos Golpes de Estado, como foi o caso do Golpe liderado pelo General Félix Malloum que assumiu o poder em 1975, após o assassinato do seu antecessor François Tombalbaye.

Para além dos interesses nas reservas de urânio e de petróleo, a presença francesa faz-se sentir devido ao contingente militar estacionado no Chade. Esta força, constituída por 1.000 soldados e vários meios de transporte aéreo, aviões e helicópteros, está no Chade com os seguintes objectivos:

- Reorganização das Forças Armadas chadianas;
- Formação de quadros;
- Apoio sanitário às Forças Armadas;
- Apoio à Segurança Interna.

Esta força militar francesa é, simultaneamente, fonte de segurança do regime de Idriss Déby, mas condicionadora dos seus comportamentos, como se viu no caso da prisão dos activistas da ONGD Arca de Zoe. ■

24 A EUFOR CHAD /CAR foi autorizada a funcionar sob o mesmo mandato que criou a MINURCAT (*United Nations Mission in the Central African Republic and Chad*) a 25/09/2007. A MINURCAT prevê o envio de 350 polícias e militares para a zona leste do Chade e nordeste da República Centro-Africana. <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minurcat/>

25 **Missão da ONU na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT).** <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minurcat/facts.html>

26 **EU force on Risky Africa Mission**, in BBC News On África, 29/1/2008. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7213551.stm>

27 **EU CHADE/CAR Website** http://concilium.europa.eu/cms3_fo/showpage.asp?id=13666lang=en.

28 **Rebelião Chadiana Denuncia Activismo da França no Chade**, in Pan-African News Agency, 12/01/2008.

Tensão entre a Etiópia e a Eritreia

A delimitação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia, questão em aberto desde que ambos os países se separaram em 1993, é o actual ponto de discórdia entre os dois estados, ameaçando pôr em causa a frágil paz existente. A Eritreia defende que as fronteiras devem respeitar os tratados coloniais, nomeadamente o Tratado Anglo-Ítalo-Etíope de 15 de Maio de 1902. A Etiópia defende as fronteiras coloniais, mas utiliza outro tipo de mapas para justificar a sua posse sobre as zonas do triângulo de Shirga, que ocupa a parte de Badme e Zelambesa. O desentendimento à volta desta questão foi aumentando ao longo de 2007, com ambos os países a colocarem grandes contingentes militares ao longo de mais de 900 kms de fronteiras comuns.

Apesar dos desentendimentos, houve tempos em que o Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi, e do Presidente da Eritreia, Isaiás Afeverki, foram bons aliados. Durante os anos 80, Zenawi liderou a Frente de Libertação do Povo do Tigré, e Afeverki liderou a Frente de Libertação do Povo da Eritreia, as quais se uniram para combater o regime marxista do Coronel Menghistu Hailé Mariam.

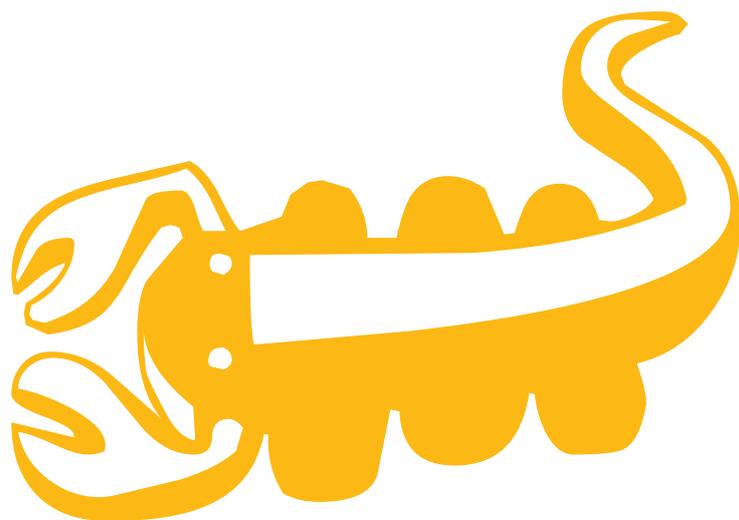
Após o derrube de Mariam, em 1991, o relacionamento começou a deteriorar-se. Quando em 1993 a Eritreia se separou da Etiópia e ascendeu à independência, os problemas começaram a surgir. Para além de desentendimentos sobre a moeda oficial da Eritreia, que não aceitou continuar a utilizar a Birr etíope, a principal causa de desentendimento prende-se com a definição de fronteiras, tanto mais que a Etiópia perdeu o acesso ao mar.

Em 1998, e por causa das fronteiras comuns, os dois países envolveram-se numa guerra que provocou 70 mil mortos. O conflito cessou em 2000, mais devido ao desgaste das partes do que à obtenção de uma solução definitiva.

Mapa Etiópia-Eritreia



Fonte: BBC News on Africa



Para resolver o conflito fronteiriço, ambas as partes aceitaram que uma Comissão Internacional resolvesse a disputa. Quando a Comissão apresentou, em Abril de 2002, a sua decisão, que atribuiu a zona em disputa, Badme, à Eritreia, a Etiópia rejeitou a decisão²⁹.

Um potencial novo conflito entre as partes é ainda mais perigoso, se tivermos em conta a região onde estes países se situam, e as alianças que estabeleceram com os seus vizinhos.

Embora, em termos teóricos, a Etiópia seja militarmente mais forte, devido ao facto de ter 65 milhões de habitantes contra os 3.5 milhões da Eritreia, o seu envolvimento no conflito somali, onde tem tropas a apoiar o governo de transição, diminui a sua capacidade de actuação. Por outro lado, o governo etíope também se vê obrigado a manter parte do seu dispositivo militar na região de Oromo, onde um movimento independentista aspira à secessão.

Desde que as partes cessaram as hostilidades em 2000, a ONU enviou uma Missão de verificação do cessar-fogo. A *United Nations Mission in Ethiopia and Eritreia* (UNMEE) foi criada em Setembro de 2000, com uma força de 4.200 militares³⁰. A ONU estava a pensar retirar a UNMEE em finais de 2007. Porém, o recrudescimento das tensões, levou-a a repensar esta situação³¹.

A actual tensão está muito ligada ao facto da Eritreia pretender que a ONU pressione a Etiópia a abandonar a cidade de Badme, em cumprimento com a decisão da Comissão Internacional. Para pressionar a ONU, a Eritreia começou a dificultar a vida da UNMEE, criando obstáculos ao seu reabastecimento. ■

29 **Eritreia – Ethiopia Boundary Commission**
<http://www.un.org/NewLinks/eebc/eebc/EEBC-Decision.pdf>

30 **United Nations Mission in Ethiopia and Eritreia.**
<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unmee/>

31 **Bad Words Over Badme**, in *The Economist*, 13/12/2007.

Portugal e Cabo Verde Assinam Novo Acordo de Cooperação

Portugal e Cabo Verde assinaram, a 23 de Janeiro, um novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2008-2011. Em termos financeiros, o Acordo prevê 70 milhões de euros, enquanto que o anterior PIC, que vigorou entre 2005 e 2007, previu 55 milhões de euros.

O novo PIC centrará a sua actuação nos seguintes eixos prioritários: Boa Governança, Participação e Democracia; Desenvolvimento Sustentável e Luta contra Pobreza, Apoio Orçamental e Cluster da Cooperação. Para além destes eixos, Portugal apoiará a promoção dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento cabo-verdiano, apostando nas infra-estruturas, através de créditos e de empréstimos concessionais.

Recentemente, os Ministérios das Finanças dos dois países assinaram um empréstimo concessional de 140 milhões de euros. Uma das operações que resultará desta assinatura, é um empréstimo directo a Cabo Verde, no valor de 40 milhões de euros, por um prazo superior a 20 anos, e que se destina a financiar 10 projectos de infra-estruturas rodoviárias nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santiago, Maio e Fogo³².

Na mesma ocasião, foi celebrado entre os dois países um Memorando de Entendimento, o qual visa a criação de um Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas. Nos termos do Memorando assinado, foram identificadas várias áreas de interesse para o desenvolvimento de acções a dinamizar no âmbito da programação e implementação de futuras acções de cooperação.

Os fundos disponibilizados para o quadriénio serão divididos pelos eixos de intervenção do seguinte modo: 21% para o eixo da Boa Governança, Participação e Democracia; 59%, para o Desenvolvimento Sustentável e Luta contra Pobreza no apoio à implementação da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de Cabo Verde, 10% para o Apoio ao Orçamento e 10% para o Cluster da Cooperação³³.

Neste PIC figuram algumas das novas ideias da cooperação portuguesa, nomeadamente a questão do o cluster da cooperação e o apoio ao orçamento.

No quadro de implementação da *Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa*, foi incluído o conceito de cluster da cooperação, o qual é constituído por um conjunto de projectos, executados por diferentes instituições (individualmente ou associadas a instituições do país parceiro), numa mesma área geográfica, e com um enquadramento comum. O cluster deverá ser pois, o instrumento central de uma intervenção estratégica para o desenvolvimento socioeconómico de uma região alvo, em alinhamento com as políticas sectoriais definidas pelo país receptor³⁴. Em Cabo Verde, o Cluster será implantando na Ilha de Santiago, através de um conjunto de projectos integrados dirigidos ao combate à pobreza extrema.

O outro instrumento utilizado é o Apoio ao Orçamento de Cabo Verde. Este apoio visa aumentar o alinhamento da ajuda com as prioridades, sistemas e procedimentos dos países parceiros e apoio ao reforço das suas capacidades. À medida que os países desenvolvem sistemas de gestão financeira pública mais transparentes e eficientes, aumenta o espaço para construir a apropriação nacional através do Apoio ao Orçamento.

O Apoio ao Orçamento de Estado vai igualmente ao encontro daquilo que ficou estipulado na *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento* (2005)³⁵, a qual refere a necessidade de reforçar as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros e dos quadros operacionais correspondentes, nomeadamente os orçamentos. ■



32 **Portugal e Cabo Verde Assinam Acordos de Financiamento no Valor de 140 milhões de euros**, Ministério das Finanças e da Administração Pública, 24/11/2007.

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MF/Comunicacao/Notas_de_Imprensa/20071124_MEF_Com_Cabo_Verde.htm

33 **Cabo Verde e Portugal assinam Novo Acordo de Cooperação de 70 Milhões de Euros**, in *Semana On-line*, 23/01/2008.

http://www.asemana.cv/article.php?id_article=29149

34 **Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa**, pp. 51-52.

35 **Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento**, Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua, OCDE 2005.

X Cimeira da União Africana



Sob o lema *O Desenvolvimento Industrial em África*, realizou-se em Addis Abeba, em Fevereiro de 2008, a X Cimeira da União Africana. A atenção dos líderes dos países africanos centrou-se, sobretudo, em três questões: A eleição do Presidente e Vice-Presidente da União, dos novos representantes do Conselho de Paz e Segurança, e de 8 Comissários; A questão do governo continental; e a questão dos conflitos africanos, com especial atenção para o Sudão, Quénia e Chade.

Em relação à eleição dos novos membros para os diversos cargos da UA, o que provocou maior disputa foi o de Presidente da Comissão, que era até agora ocupado pelo maliense Alpha Oumar Konaré. Para o substituir surgiram 6 candidatos: Antoinette Batumubira do Burundi; Abdulai Osman Conteh da Serra Leoa; Barbabas Sibusiso Dlamini da Suazilândia, Inonge MBikusita Lewanika da Zâmbia, Jean Ping do Gabão e Cassam Uteem das Maurícias.

Todos os candidatos fizeram uma forte campanha para obter o apoio dos diversos países africanos. O candidato zambiano, Inonge Mbikisa Lewanika, tentou obter o apoio dos países lusófonos, a começar por Angola e Moçambique, jogando com o facto de serem todos países da África Austral.

O vencedor para este cargo foi Jean Ping, do Gabão, o qual obteve a maioria dos votos. Ping irá cumprir um mandato de quatro anos. Para Vice-Presidente da Comissão da União Africana foi eleito o queniano Erastus Mwencha, que contou com apoio moçambicano, em substituição de Patrick Mazimhaka do Ruanda³⁶.

Para o cargo de Presidente da União Africana foi eleito o actual Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete.

A Comissão da União Africana é composta, para além da Presidência e da Vice-Presidência, por oito Comissariados: Paz e Segurança, tendo sido eleito Ramtane Lamamra (Argélia); Assuntos Políticos, tendo sido eleita Julia Dolly Joiner (Gâmbia); Assuntos Sociais, tendo sido eleita Bience Philomina Gawanas (Namíbia); Comércio e Indústria, tendo sido eleita Elizabeth Tankeu (Camarões) e Assuntos Económicos, tendo sido eleito Maxwell Mkwezalamba (Malawi)³⁷.

No caso do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, que tem quinze membros, dos quais dez cumprem um mandato de dois anos e cinco cumprem um mandato de três anos, onde consta actualmente Angola, foram também eleitos novos membros respeitando os critérios geográficos. Assim sendo, passaram a fazer parte deste órgão: Burundi e o Chade (África Central); Ruanda e Uganda (África Oriental); Tunísia (África do Norte); Suazilândia e Zâmbia (África Austral) e o Benim, Burkina Faso e Mali (África Ocidental)³⁸.

Uma segunda questão central desta Cimeira, e que já vinha de encontros anteriores, foi a criação do governo continental, ideia defendida especialmente por Khadafi. Com o intuito de obter apoios e concertar posições, Khadafi organizou, antes da Cimeira de Addis Abeba, um encontro em Trípoli com os Presidentes do Gabão, Egipto, Chade, Sudão, Eritreia e

Mauritânia. O objectivo era o de apresentar uma frente coesa para fazer avançar a ideia de governo continental. Porém, as resistências a esta ideia continuaram a ser muitas e fortes, incluindo países como a África do Sul, Nigéria e Angola. A eventual perda de soberania dos países africanos é a principal causa de resistência a este projecto de Khadafi.

O líder líbio apelou aos seus pares para ratificarem uma Carta da União, a qual contem a criação do governo dos Estados Unidos de África, antes da próxima Cimeira da União Africana, que terá lugar em Julho na estância turística egípcia de Sharm el-Sheik.

A terceira questão que prendeu a atenção dos países africanos, teve a ver com os diversos conflitos que afectam o continente. À partida, o objectivo era discutir a questão do Darfur e o atraso do envio da força multinacional para o terreno. A força da UA que está presente no terreno enfrenta grandes problemas logísticos, os quais, na prática, paralisaram a sua actuação.

Porém, o agravamento da crise do Quénia, fruto das eleições presidenciais de Dezembro de 2007, e o agravamento da guerra civil no Chade, obrigaram a centrar a discussão sobre estas situações. Na sua primeira conferência de imprensa, desde a sua eleição, o novo Presidente em exercício da União Africana, o Chefe de Estado da Tanzânia, Jakaya Kikwete, condenou a ofensiva rebelde no Chade, rejeitando, em caso de vitória militar, o reconhecimento dos rebeldes como poder efectivo no país.

Sobre os confrontos étnicos no Quénia, a preocupação de Kikwete foi as suas potenciais consequências para a África Oriental. No sentido de clarificar a situação queniana, a União Africana reconheceu o Presidente Mwai Kibaki como o único e legítimo representante do Quénia à Cimeira de Addis Abeba, rejeitando um pedido para que a oposição queniana tivesse o mesmo tratamento.

Apesar da Cimeira se ter centrado nestas questões fundamentais, houve outros assuntos que foram abordados. Para além da aprovação do orçamento da União, as questões do terrorismo, imigração ilegal e os Acordo de Parceria Económica foram igualmente debatidos.

Uma questão que preocupa a União Africana é o pagamento de quotas por parte dos Estados Membros. Segundo um relatório da UA, até 31 de Dezembro último, o total em atraso elevava-se a mais de 32,5 MUSD, o que corresponde a 23% do total do orçamento. Os países que não pagam as quotas são penalizados, ficando impossibilitados de falar. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, estão nesta condição³⁹. ■

36 União Africana Press Release nº 21/2008, 31/01/2008.

37 União Africana Press Release nº 22/2008, 01/02/2008

38 União Africana Press Release nº 17/2008, 29/01/2008.

39 José Sousa Dias: *União Africana / Cimeira: Moldes de Governo Federal Africano Vão Centrar Debates*, Agência Lusa, 30/01/2008.

Novo Governo em São Tomé e Príncipe

Em Fevereiro de 2008, o Primeiro-Ministro santomense, Tomé da Vera Cruz, apresentou a sua demissão. Esta decisão foi o culminar de uma crise que se arrastava desde o ano passado. A gota de água foi a rejeição do Orçamento Geral de Estado para 2008 pela Assembleia Nacional.

O país vinha vivendo uma crise política derivada de conflitos entre os partidos políticos no poder, e pela insatisfação social devido ao aumento dos preços.

Em Outubro / Novembro de 2007, o país viveu mais uma crise provocada pela Polícia de Intervenção Rápida, conhecida por Ninjas. Este corpo de elite da Polícia santomense, formada em Angola, revoltou-se, assumindo o controlo do Quartel Central da Polícia Nacional e mantendo reféns os seus Comandantes. Na base desta revolta, estava o facto dos Ninjas não terem recebido os subsídios que lhes tinham sido prometidos pelo tempo que estiveram em Angola. A crise saldou-se por uma intervenção militar que provocou a morte de uma agente da Polícia de Intervenção Rápida e por vários feridos.

Na sequência desta situação, a crise política instalou-se, com os principais partidos políticos a trocaram acusações. Com vista a diminuir o nível de tensão, o Presidente Fradique de Menezes provocou uma remodelação governamental, contrariando os desejos do Primeiro-Ministro Vera Cruz.

A falta de apoio parlamentar ao novo governo de Vera Cruz, deixou antever problemas para a sua sobrevivência. A questão da aprovação do Orçamento Geral do Estado serviu para o derrubar.

Com o intuito de resolver esta nova crise, o Presidente Fradique de Menezes decidiu promover o alargamento da coligação governamental. Nesse sentido, e para além do Movimento Democrático das Forças de Mudança (MDFM) e do Partido da Convergência Democrática (PCD), decidiu convidar a Aliança Democrática Independente (ADI) a integrar o governo.

Face aos desentendimentos entre o MDFM e o PCD, Fradique decidiu igualmente convidar o líder da ADI, Patrice Trovada a assumir a liderança do novo governo.

Patrice Trovada é filho do antigo Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovada. O seu percurso político foi, durante algum tempo, feito em aliança com Fradique de Menezes, de quem foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e Assessor para o Petróleo. Divergências políticas afastaram os dois homens, tendo Patrice Trovada concorrido, e perdido, contra Fradique nas eleições presidenciais de 2006.

O governo de Patrice Trovada assenta num delicado acordo interpartidário, entre o MDFM, PCD e ADI, o que lhe poderá complicar a sua margem de manobra. Por outro lado, divergências entre o MDFM e PCD também lhe poderão dificultar a vida. Esta situação, aliada ao descontentamento popular, prometem não dar qualquer período de graça ao novo governo.

A questão petrolífera, para além de estar no centro da discussão política santomense, também está a perturbar a estabilidade no pequeno arquipélago lusófono, uma vez que surgem, por um lado, notícias contraditórias sobre os reais valores das reservas existentes, e por outro, devido à polémica sugestão de se fazer as atribuições dos diversos blocos directamente sem recorrer a concurso.

No novo governo santomense, a ADI, para além do cargo de Primeiro-Ministro, ficou com as pastas dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, Saúde de Justiça. O MDFM manteve duas figuras de peso e muito próximas do Presidente Fradique de Menezes, o Tenente-Coronel Óscar de Sousa como Ministro da Defesa e Ordem Interna e Ovídio Pequeno como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Para além destes dois Ministérios, ficou também com as pastas das Finanças, Agricultura, Trabalho e Solidariedade Social. O PCD ficou com o Comércio, Indústria e Turismo, Educação e Cultura, Infra-estruturas e Obras Públicas e o Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado. ■



FUNDAÇÃO
PORTUGAL
ÁFRICA

OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05